



PROCEDIMENTO:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO, PARA A REABILITAÇÃO DE MOINHOS, INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA E CHARCAS, E INSTALAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA CANDIDATURA DECORRENTE DO AVISO PRR Nº 03/C08-I01.01/2022, APROVADA PELO FUNDO AMBIENTAL, DESTINADA ÀS AÇÕES PREVISTAS NA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE PAISAGEM (OIGP) DE VOUZELA

alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP)

I – CONVITE



ÍNDICE

CONVITE

1. Identificação do concurso
2. Entidade adjudicante
3. Competências
4. Documentos das propostas
5. Propostas variantes
6. Prazo para a apresentação das propostas
7. Modo de apresentação das propostas
8. Prazo de manutenção das propostas
9. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas
10. Critério de adjudicação
11. Critério de desempate
12. Preço ou custo anormalmente baixo
13. Negociação
14. Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais
15. Exclusão das propostas
16. Esclarecimentos e suprimento das propostas
17. Documentos de habilitação
18. Caducidade da adjudicação
19. Forma de celebração do contrato
20. Falsidade de documentos e de declarações
21. Possibilidade de adoção de um ajuste direto
22. Contagem dos prazos
23. Legislação aplicável



CONVITE

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO, PARA A REABILITAÇÃO DE MOINHOS, INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA E CHARCAS, E INSTALAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA CANDIDATURA DECORRENTE DO AVISO PRR Nº 03/C08-I01.01/2022, APROVADA PELO FUNDO AMBIENTAL, DESTINADA ÀS AÇÕES PREVISTAS NA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE PAISAGEM (OIGP) DE VOUZELA

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

1.1 O presente procedimento tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO, PARA A REABILITAÇÃO DE MOINHOS, INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA E CHARCAS, E INSTALAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA CANDIDATURA DECORRENTE DO AVISO PRR Nº 03/C08-I01.01/2022, APROVADA PELO FUNDO AMBIENTAL, DESTINADA ÀS AÇÕES PREVISTAS NA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE PAISAGEM (OIGP) DE VOUZELA**, de acordo com as condições estabelecidas e no presente Convite e no Caderno de Encargos.

1.2 O preço base do procedimento de Empreitada de Conceção-Construção sobre o qual incide o presente procedimento para contratação é 1 097 196,31 € (um milhão noventa e sete mil cento e noventa e seis euros e trinta e um cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, e inclui o preço da conceção do projeto de execução e da construção da empreitada.

1.3 O âmbito dos trabalhos da empreitada a fiscalizar inclui os seguintes trabalhos:

- I. Projeto de Execução
- II. Reabilitação de 20 moinhos de água
- III. Fornecimento e instalação de vedação em Rede Ovina
- IV. Reabilitação e manutenção de 9 pontos de água
- V. Construção de ponto de água em manilhas
- VI. Limpeza e manutenção de Charca de Cambarinho
- VII. Limpeza e manutenção de Charca de Meruje
- VIII. Instalação de rede viária florestal
- IX. Beneficiação de rede viária, incluindo regularização das plataformas, abertura de valetas e criação de passagens hidráulicas

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a **VERDELAFÕES - Associação de Produtores Florestais**, cujo endereço abaixo se indica:

2.1. Endereço:

Centro Coordenador de Transportes
3670-242 Vouzela
telefone: (+351) 232 772 018
geral@verdelafoes.org



3. COMPETÊNCIAS

- 3.1. A contratação foi decidida por despacho da Direção de 07/10/2024, no uso das competências próprias.
- 3.2. Atendendo ao preço base definido no n.º 10.1. do Caderno de Encargos, foi decidido promover o presente procedimento por consulta prévia, prevista na alínea c) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua redação atual dada pelo DL n.º 54/2023, de 14/07.

4. DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS

- 4.1. As propostas serão constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP e do presente Convite, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - b) Proposta de preço, em observância com o disposto no **n.º 10** do Caderno de Encargos.
- 4.2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes apresentem por os considerar indispensáveis para clarificar os atributos das suas propostas.
- 4.3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, nos termos previstos no n.º 1 do art.º 58.º do CCP.
- 4.4. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem IVA.
- 4.5. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 4.6. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
- 4.7. Todos os documentos apresentados devem ser assinados eletronicamente mediante certificados de assinatura digital eletrónica, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

5. PROPOSTAS VARIANTES

Não são admitidas propostas variantes.

6. PRAZO PARA A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1. As propostas deverão ser apresentadas até às **23.59 horas do 10.º dia** após receção do presente Convite.
- 6.2. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
- 6.3. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.



7. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1.** As propostas e os documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa, ou não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- 7.2.** As propostas, bem como os documentos que a integram e que constam do n.º 4 deste Convite são apresentados diretamente através de plataforma eletrónica pública de contratação, dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 7.3.** A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora.
- 7.4.** A proposta é assinada pelo concorrente ou pelos seus representantes legais.

8. PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O concorrente é obrigado a manter a respectiva proposta pelo prazo mínimo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

9. LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

- 9.1.** No dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante.
- 9.2.** O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
- 9.3.** Serão disponibilizadas aos concorrentes incluídos na lista de concorrentes a possibilidade de consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.

10. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 10.1** A adjudicação da presente prestação de serviços está condicionada à prévia conclusão da adjudicação da Empreitada de Conceção-Construção a que a respeita, podendo a Entidade Adjudicante optar pela revogação da decisão de contratar a presente prestação de serviços em função de qualquer impedimento que impossibilite a contratualização da referida Empreitada.
- 10.2** A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, o preço, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua atual redação.

11. CRITÉRIO DE DESEMPATE

Em caso de empate será promovida a seleção da proposta mediante sorteio a realizar presencialmente.

12. PREÇO OU CUSTO ANORMALMENTE BAIXO

Considera-se que uma proposta apresenta um preço anormalmente baixo quando o valor apresentado seja 85%, ou mais, inferior ao preço base.



13. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

14. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 14.1.** Os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma referida no ponto 7, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 14.2.** Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito aos referidos no n.º 2 do art.º 50.º do CCP.
- 14.3.** A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar, expressa e inequivocamente, os erros ou omissões do caderno de encargos detetados, com exceção dos referidos na alínea d) do n.º 2 do art.º 50.º do CCP e daqueles que por apenas pudessem ser detetados na fase de execução do contrato, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas.
- 14.4.** O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas nos n.ºs 3 e 4 do art.º 378.º do CCP.
- 14.5.** Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar prestará os esclarecimentos solicitados e pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, identificando os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
- 14.6.** O órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, nos termos e no prazo previsto no número anterior.
- 14.7.** Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados através da plataforma referida no ponto 7 e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, notificando-se todos os interessados que as tenham obtido desse facto.
- 14.8.** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

15. EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

São excluídas as propostas cuja análise revele:

- a) Que não apresentem algum dos atributos ou algum dos termos ou condições, nos termos, respetivamente, do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- b) Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato



- a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 4 a 6 e 8 a 11 do artigo 49.º do CCP;
- c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Prazo de execução da empreitada superior ao definido no presente procedimento concursal;
 - e) Preço contratual superior ao preço base;
 - f) Um preço ou custo anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados, nos termos do disposto no artigo 71.º do CCP;
 - g) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - h) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência;
 - i) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - j) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do CCP;
 - k) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP, após a análise prevista no art.º 55.º-A do CCP;
 - l) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
 - m) Que não cumpram o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º ou nos n.ºs 1 e 2 do artigo 58.º, ambos do CCP;
 - n) Que sejam apresentadas como variantes;
 - o) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
 - p) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - q) Que não satisfaçam todos os requisitos obrigatórios constantes no Caderno de Encargos.

16. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS

- 16.1.** O Júri pode solicitar aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeitos da análise e da avaliação das mesmas.
- 16.2.** Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respectivos atributos, nem visem suprir omissões que determinem a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 70.º do CCP.
- 16.3.** O Júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo de 5 dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que



careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta, e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.

- 16.4.** O Júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
- 16.5.** Os pedidos formulados nos termos dos n.ºs **16.1.** e **16.3.**, bem como as respetivas respostas, serão disponibilizados a todos os concorrentes.

17. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. O adjudicatário, no prazo de **5 dias úteis**, deverá apresentar os seguintes documentos:

- a)** Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II**
- b)** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do art.º 55.º do CCP.

17.2. Quando os documentos a que se referem o n.º **17.1.**, se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço de internet onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes, estejam redigidos em língua portuguesa.

17.3. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número 16.1., é dispensada a sua apresentação.

17.4. Poderá ser exigido ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º **17.2.**, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

17.5. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados pelo mesmo, indicando caso se tratar de pessoa coletiva, a qualidade em que assina. Contudo, quando seja assinada por procurador, juntar-se-á procuração que confira a este, poderes para o efeito, ou fotocópia da mesma devidamente autenticada.

17.6. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

18. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

18.1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

- a)** No prazo fixado no presente Convite;
- b)** No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do art.º 81.º do CCP;



- c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.

18.2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a Entidade Adjudicante concede um prazo complementar, em função das razões invocadas, para a apresentação dos documentos em falta.

18.3. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando um prazo de 5 dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito da audiência prévia.

19. FORMA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

19.1. O contrato será preferencialmente em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas, podendo ainda ser celebrado de modo físico, presencialmente e em papel.

19.2. Em ato prévio à assinatura do contrato, o adjudicatário deve submeter, na plataforma eletrónica, um documento comprovativo do poder de representação do assinante, salvo nos casos em que o certificado digital possa relacionar diretamente esse assinante com a sua função e poder de assinatura, conforme previsto no n.º 7 do art.º 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

19.3. O adjudicatário pode requerer à Entidade Adjudicante que o contrato seja celebrado em suporte de papel, correndo, nesse caso, as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito por sua conta.

20. FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, devendo o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

21. POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO DE UM AJUSTE DIRETO

No caso de virem a ser contratados novas obras que consistam na repetição de obras similares objeto do contrato a celebrar, e desde que se verifiquem os requisitos elencados no artigo 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP, poder-se-á adotar, para a contratação desses serviços, o procedimento de ajuste direto.

22. CONTAGEM DOS PRAZOS

À contagem dos prazos previstos no presente Convite, aplica-se o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.



23. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e legislação subsidiária.



ANEXO I

(4.1. a) do Convite)

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto]

1 -..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO, PARA A REABILITAÇÃO DE MOINHOS, INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA E CHARCAS, E INSTALAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA CANDIDATURA DECORRENTE DO AVISO PRR Nº 03/C08-I01.01/2022, APROVADA PELO FUNDO AMBIENTAL, DESTINADA ÀS AÇÕES PREVISTAS NA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE PAISAGEM (OIGP) DE VOUZELA**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a) Proposta de preço, em observância com o disposto no **n.º 11** do Caderno de Encargos.

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local...(data)...[assinatura ⁽¹⁸⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(²) No caso de concorrente ser pessoa singular suprimir a expressão “a sua representada”.

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do nº 1 e nos nºs. 2 e 3 do artigo 57º.

(⁴) Nos termos do disposto nos nºs. 4 e 5 do artigo 57º.



ANEXO II

(17.1. a) do Convite)

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário no procedimento de **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DA EMPREITADADE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO, PARA A REABILITAÇÃO DE MOINHOS, INSTALAÇÃO DE VEDAÇÕES, CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTOS DE ÁGUA E CHARCAS, E INSTALAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL, NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DA CANDIDATURA DECORRENTE DO AVISO PRR Nº 03/C08-101.01/2022, APROVADA PELO FUNDO AMBIENTAL, DESTINADA ÀS AÇÕES PREVISTAS NA OPERAÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO DE PAISAGEM (OIGP) DE VOUZELA**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local) (data) [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

⁽²⁾ No caso de concorrente ser pessoa singular suprimir a expressão “a sua representada”.

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de concorrente ser pessoa singular suprimir a expressão “a sua representada”.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.